

Ano XX nº 5862 – 27 julho de 2018

Lucro do Bradesco ultrapassa R\$ 10 bilhões no 1º semestre

O Bradesco teve lucro líquido Recorrente de R\$ 10,263 bilhões, no 1º semestre de 2018, com crescimento de 9,7%, em relação ao mesmo período de 2017 e de 1,2% no trimestre. A rentabilidade (retorno sobre o Patrimônio Líquido médio anualizado – ROE) alcançou 18,5%, com aumento de 0,3 pontos percentuais em doze meses.

Segundo o banco, o resultado do período foi impulsionado pela performance das receitas de prestação de serviços, pelo resultado das operações com seguros, previdência e capitalização e pela redução nas despesas com Provisões para Devedores Duvidosos (PDD), segundo análise do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sociais (Dieese).



Reunião com Banco do Brasil não avança na pauta

Na quarta reunião de negociação da mesa específica do Banco do Brasil, da Campanha Nacional dos Bancários 2018, os temas tratados foram as cláusulas sociais e sindicais, envolvendo representação dos delegados e dirigentes sindicais.

Nas cláusulas sociais, o banco sinalizou a renovação dos itens já constantes no atual acordo, com promessa de apresentar redação de alguns itens que foram debatidos.

Um dos debates colocados foi de se avançar na cláusula de ausências, acrescentando as madrastas e padrastos. A argumentação da Comissão de Empresa para essa questão é que não se trata apenas de se ter um controle de quem é ou da quantidade de madrastas e padrastos, mas a questão do luto de um ente familiar, mesmo que não constante nos registros de nascimento.

Sobre planos de previdência complementar, o banco informou que está tratando internamente sobre a proposta da minuta de melhoria dos planos de previdência patrocinados pelo banco e também envolvendo os funcionários de bancos incorporados. O banco adiantou na primeira mesa de negociação a possibilidade de revisão da fórmula PIP (Pontuação Individual do Participante) constante no regulamento da PREVI.

O Banco apresentou na mesa a proposta de redução para apenas 1 ciclo avaliatório de GDP o período para descomissionamento decorrente de avaliação funcional. A argumentação do BB é que com 1 ciclo igualaria todos os funcionários com cargos comissionados. A Comissão de Empresa argumentou com o banco que a proposta traz mais insegurança para os funcionários e pode facilitar as situações de assédio e perseguição. Os funcionários relataram que nas reuniões que os superintendentes vem realizando em todo o país vem sendo abertamente orientado que os gestores devem aumentar o número de anotações na GDP com o objetivo de facilitar os descomissionamentos.

Novo ministro do Trabalho foi autuado 24 vezes por infrações trabalhistas

O recém-nomeado ministro do Trabalho, Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello, foi autuado 24 vezes em fiscalizações do Ministério do Trabalho por infrações trabalhistas, entre 2005 e 2013, em sua fazenda, em Conceição do Rio Verde, no Sul de Minas Gerais. Uma das autuações, de 2009, refere-se a dois trabalhadores rurais que estavam sem registro em carteira de trabalho, e, portanto, sem o pagamento de benefícios trabalhistas como FGTS, INSS e férias remuneradas. As fiscalizações geraram multas de R\$ 46 mil. À época, Vieira de Mello era desembargador e vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, em Belo Horizonte.

Os auditores do Ministério do Trabalho fizeram sete fiscalizações entre 2005 e 2013 na Fazenda Campestre, onde o ministro mantinha uma plantação de café. Além dos dois funcionários que estavam há três anos trabalhando sem registro em carteira, a fiscalização encontrou falhas de segurança e de higiene na fazenda.

De acordo com os autos de infração obtidos pela Repórter Brasil, era permitido o livre acesso dos trabalhadores ao depósito com agrotóxicos, que ficava perto do refeitório dos funcionários. Na Fazenda Campestre, do atual ministro, outra infração apontada pelos auditores-fiscais era o fato de a moradia dos empregados ficar perto da baía dos animais. Também foi constatado o não fornecimento de equipamento de proteção individual para os funcionários. Os fiscais do Ministério do Trabalho também autuaram Vieira de Mello pela precariedade das instalações elétricas e por risco de contato acidental com a picadeira.